

A discussão entre Leibniz e Clarke acerca do Princípio de Razão Suficiente

The discussion between Leibniz and Clarke on the principle of sufficient reason

Hugo Fraguito



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2089>

DOI: 10.4000/cultura.2089

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 2 Dezembro 2013

Paginação: 297-305

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Hugo Fraguito, « A discussão entre Leibniz e Clarke acerca do Princípio de Razão Suficiente », *Cultura* [Online], Vol. 32 | 2013, posto online no dia 14 maio 2015, consultado a 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2089> ; DOI : 10.4000/cultura.2089

Este documento foi criado de forma automática no dia 2 Maio 2019.

© CHAM – Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

A discussão entre Leibniz e Clarke acerca do Princípio de Razão Suficiente

The discussion between Leibniz and Clarke on the principle of sufficient reason

Hugo Fraguito

Introdução

- 1 A correspondência entre Leibniz e Clarke, que decorreu entre 1715 e 1716 e foi interrompida nesse ano devido à morte de Leibniz, é das mais famosas do século XVIII e vem na sequência de uma controvérsia entre Leibniz e Newton, desencadeada pela questão da invenção do cálculo diferencial. Na correspondência, Leibniz e Samuel Clarke discutem sobre questões ligadas à física, à metafísica e à teologia. O filósofo e teólogo inglês não é um mero porta-voz das ideias de Newton: é alguém que dá expressão filosófica e teológica à física newtoniana, física que, aliás, bem conhece, pois traduziu do latim para a língua inglesa a *Óptica*.
- 2 Aparecem na correspondência duas visões distintas da realidade, manifestadas ao longo de dez cartas em discussões sobre temas como a relação de Deus com o mundo, a alma e a sua relação com o corpo, a noção de milagre, a natureza do espaço e do tempo, entre outras. Questões mais “científicas” são também abordadas: a natureza da matéria, a existência do vazio e dos átomos, a dimensão do universo, etc. A argumentação de Leibniz apoia-se em três princípios bem conhecidos da sua filosofia, o princípio do melhor, o princípio de identidade dos indiscerníveis e o princípio de razão suficiente (daqui em diante PRS). Este último ocupa lugar de destaque, não só porque a maior parte dos tópicos abordados surge de uma discussão acerca do significado do PRS enquanto aplicado às acções de Deus, mas também porque é dele que Leibniz deriva o princípio de identidade dos indiscerníveis, e mostra, por exemplo, que o espaço e o tempo não podem ser absolutos. Clarke reconhece a importância do PRS, mas a sua interpretação do princípio difere

da do filósofo de Hanover, de tal modo que apoia a sua própria concepção da realidade naquilo que considera ser o verdadeiro sentido do PRS.

- 3 Dada a importância que o PRS tem na correspondência, procuramos pôr em evidência as duas linhas de argumentação que se baseiam nele, bem como identificar os problemas que lhe estão associados. Ao mesmo tempo, a discussão acerca do significado do PRS aplicado às acções de Deus, bem como o impacto dessa discussão na fixação de conceitos como o de ‘espaço’, ‘tempo’, ‘átomos’ e ‘vazio’, permite ver operar conjuntamente três áreas do conhecimento – a filosofia, a teologia e a ciência –, de tal modo que todas elas proporcionavam argumentos sobre os quais se fundaram as duas perspectivas sobre a realidade aqui em discussão.

Formulações do PRS e a natureza do espaço e do tempo

- 4 Na segunda carta de Leibniz é já notório que o PRS irá desempenhar um papel fundamental em toda a sua argumentação, dado que o filósofo alemão refere que o PRS – segundo o qual “nada acontece sem que haja uma razão pela qual seja assim de preferência a de outro modo” – é o princípio fundamental da metafísica. No mesmo parágrafo, introduz também aquela que vai ser a imagem fundamental na discussão acerca do significado do PRS aplicado às acções de Deus – a imagem da balança com pesos idênticos em ambos os lados e que, por isso, não se move. Assinala Leibniz que Arquimedes, para passar da matemática à física, foi obrigado a usar um caso particular do PRS: “dá como certo que, se houver uma balança onde tudo seja igual de um lado e de outro, e se suspenderem também pesos iguais de um lado e de outro das duas extremidades dessa balança, o todo continuará em repouso. Isto acontece porque não há nenhuma razão para que um lado desça mais do que o outro”.¹
- 5 Percebendo a intenção de Leibniz ao introduzir o exemplo da balança, e antecipando as críticas aos fundamentos da física de Newton, Clarke responde escrevendo, na segunda carta, que é verdade que nada ocorre sem uma razão suficiente por que é assim de preferência a de outro modo, mas que muitas vezes esta razão suficiente é a mera vontade de Deus.² Para Clarke, a “mera vontade” é uma razão suficiente do agir divino sempre que Deus tem de escolher entre coisas por natureza indiferentes. Pergunta: “porque deveria este sistema particular de matéria ser criado num lugar particular, e outro noutra lugar particular, quando (sendo todos os lugares absolutamente indiferentes a toda a matéria) teria sido exactamente a mesma coisa *vice versa*, supondo que os dois sistemas (ou as partículas) de matéria são idênticos? Não pode haver outra razão que não seja a mera vontade de Deus”.³ E Clarke insiste em desqualificar o paralelismo proposto por Leibniz, afirmando que a vontade não pode ser comparada a uma balança, e que, se assim fosse, anular-se-ia a liberdade e introduzir-se-ia a fatalidade.
- 6 Na carta seguinte, Leibniz considera o exemplo dado por Clarke e acusa-o de não ter percebido toda a força do PRS, bem como de operar com a ideia, errada, de que o espaço é um ser absoluto. A seguir, recorre ao PRS para demonstrar que o espaço não pode ser algo absoluto: se o espaço fosse absoluto, algo aconteceria sem que houvesse uma razão suficiente. O argumento é o seguinte: uma vez que o espaço é uniforme, isto é, uma vez que um ponto do espaço não difere em nada de outro, se fosse absoluto, “seria impossível”, assinala Leibniz, “que houvesse uma razão pela qual Deus, mantendo

idênticas as situações dos corpos entre eles, colocasse os corpos no espaço deste modo e não de outro, e pela qual não tivesse disposto tudo ao contrário”.⁴ Não admite, portanto, como razão suficiente dessa escolha a “mera vontade” divina, tal como Clarke pretendia. Deste modo, se o espaço fosse absoluto, algo careceria de razão suficiente, o que anularia a validade universal do PRS.

- 7 Com uma argumentação similar, Leibniz demonstra também que o tempo não pode ser absoluto. Se isso acontecesse, mais uma vez o PRS estaria a ser violado, pois seria impossível que houvesse razões para que as coisas tivessem sido criadas antes em tais instantes do que noutros, mantendo-se idêntica a sua situação, e sendo o tempo algo à margem das coisas temporais. Mais uma vez, segundo Leibniz, não se pode apresentar como razão suficiente a “mera vontade” de Deus. Em seu entender, o espaço e o tempo são relações, isto é, ordens que dependem das coisas criadas. Ao propor esta solução, Leibniz evita cair numa situação em que Deus seja “obrigado” a escolher entre coisas por natureza indiferentes.
- 8 Clarke responde insistindo na posição que tomou inicialmente. Diz não duvidar que nada é sem uma razão suficiente por que o é, e porque é assim de preferência a de outro modo, mas defende que em coisas por sua própria natureza indiferentes, a mera vontade de Deus, sem nada de externo a influenciá-la, é por si só essa razão suficiente. É o que acontece, insiste, quando Deus cria e coloca qualquer partícula de matéria num determinado lugar em vez de noutro, sendo todos os lugares originalmente semelhantes. Assim, para Clarke, o facto de o espaço ser absoluto não implica pôr em causa a universalidade do PRS.

Os átomos e o espaço vazio

- 9 O PRS aplicado às acções de Deus volta a desempenhar um papel central no modo como os dois autores argumentam acerca da existência de átomos e de espaço vazio. Leibniz sustenta, a partir do princípio de identidade dos indiscerníveis – o qual é provado com base no PRS –, que os átomos não podem ser os constituintes mais básicos da matéria, e sustenta, a partir do princípio do melhor – uma versão mais forte do PRS –, que não é possível existir espaço vazio. Começamos pela questão da existência de átomos.
- 10 O argumento de Leibniz em relação aos átomos é basicamente o seguinte: os átomos – entendidos como partículas de matéria exactamente iguais – não podem existir. Suponhamos que existem três corpos iguais e em tudo semelhantes, A, B e C. Nessa hipótese, será indiferente colocar esses corpos na ordem A-B-C, A-C-B, ou B-A-C e, portanto, não poderia haver uma razão para que Deus escolhesse uma ou outra ordem. Assim, se se admitisse a existência de átomos, estaria em causa o PRS. Logo, não existem coisas indiscerníveis – ou seja, é válido o princípio de identidade dos indiscerníveis –, e portanto não existem átomos.⁵
- 11 Clarke, por seu turno, não aceita o princípio de identidade dos indiscerníveis e parece admitir a existência de átomos. Nos primeiros parágrafos da sua quarta carta, afirma que duas coisas, por serem exactamente iguais, não deixam de ser duas e, embora admita que duas folhas, ou duas gotas de água possam não ser exactamente iguais, isso deve-se ao facto de serem corpos muito compostos. Mas, diz Clarke, o caso é bem diferente nas partes da matéria sólida simples.⁶

- 12 Na quinta carta, Leibniz contra-argumenta nos seguintes termos: “Nada é simples em meu entender, senão as verdadeiras mónadas, que não têm partes nem extensão. Os corpos simples, e mesmo os perfeitamente idênticos, são uma consequência da falsa hipótese do vazio e dos átomos, ou melhor, da filosofia preguiçosa, que não leva suficientemente longe a análise das coisas e imagina poder chegar aos primeiros elementos corpóreos da natureza, porque isso satisfaria a nossa imaginação”.⁷
- 13 Em suma, Leibniz faz derivar o princípio de identidade dos indiscerníveis da sua versão do PRS, e sustenta, com base nestes dois princípios, que não pode haver corpos perfeitamente similares. Como os átomos seriam corpos nestas condições, não podem existir. Clarke, que não reconhece a validade da versão leibniziana do PRS, também não reconhece a validade do princípio de identidade dos indiscerníveis, não aceitando portanto a demonstração em que Leibniz refuta a existência dos átomos.
- 14 Na discussão acerca do espaço vazio, Leibniz volta a invocar o PRS, mas agora com uma formulação diferente. A discussão acerca do vazio inicia-se com uma afirmação de Clarke, na sua primeira carta, segundo a qual a matéria é a parte mais insignificante do universo. Leibniz não concorda e acusa Newton de admitir o espaço vazio, tal como o fizeram Epicuro e Demócrito. Em seu entender, não faz sentido admitir qualquer espaço vazio, pois quanta maior quantidade de matéria houver, maior será a ocasião de Deus exercer a sua sabedoria e o seu poder. Clarke contra-argumenta defendendo que há outros objectos onde Deus pode exercer a sua sabedoria além da matéria, que a quantidade determinada de matéria que há agora no mundo é a que mais convém à estrutura actual da natureza, e que uma quantidade de matéria diferente – maior ou menor –, teria feito que a estrutura actual do mundo fosse menos conveniente.⁸
- 15 Leibniz reage e sustenta que não é concebível nenhuma razão que pudesse limitar a quantidade de matéria: se se admitisse uma limitação desse tipo, puramente arbitrária, poder-se-ia sempre acrescentar alguma coisa, sem o que Deus não agiria segundo o princípio da perfeição das operações divinas. Para Leibniz, defender a existência do vazio na natureza é atribuir a Deus uma produção muito imperfeita, é violar o grande princípio da necessidade de uma razão suficiente. Qual é a razão para rejeitar o vazio? A razão é que Deus actua sempre por um motivo, pelo melhor motivo, e como o melhor é criar maior quantidade de matéria – pois desse modo Deus pode exercer a sua sabedoria e bondade sobre um maior número de objectos – Deus não deixa nenhuma porção do espaço vazia.
- 16 Está aqui em jogo uma segunda formulação do PRS, segundo a qual Deus actua sempre pelo melhor. Em relação à primeira formulação, esta é uma versão mais forte: a primeira formulação diz que Deus actua sempre por uma razão, por um motivo; esta diz que esse motivo, essa razão, tem de ser a realização do melhor. Se houvesse vazio, a acção divina careceria de razão suficiente, neste segundo sentido.

As acções de Deus e o PRS

- 17 Nos aspectos assinalados, as concepções de realidade de Leibniz e Clarke resultam portanto de duas interpretações diferentes do PRS aplicado às acções de Deus, nomeadamente do modo como entendem que opera a vontade divina. Na discussão acerca da natureza do espaço e do tempo e da existência dos átomos, o que está em jogo é saber se Deus pode agir em situações em que tem de escolher entre coisas por natureza indiferentes. Leibniz pretende que o tempo e o espaço não podem ser absolutos porque,

caso contrário, estaria em causa a universalidade do PRS. Clarke, pelo contrário, defende a universalidade do princípio considerando que a “mera vontade” é o que faz que Deus escolha entre indiscerníveis, ficando desse modo garantido que o PRS não é violado.

- 18 Leibniz compara o modo de actuação da vontade divina ao modo como opera uma balança. Tal como uma balança não pode mover-se em situações em que os pesos são iguais de ambos os lados, também a vontade não pode decidir-se em situações em que a escolha é indiferente. Os motivos são o equivalente aos pesos, e a razão suficiente é um motivo capaz de inclinar um dos pratos da balança. Mais ainda, Deus não age por um motivo qualquer, age sempre pelo melhor motivo, como se viu na discussão acerca da existência ou inexistência do vazio, estando garantido deste modo que Deus age sempre com a máxima sabedoria.
- 19 Clarke não considera adequada a comparação da vontade de Deus com uma balança na medida em que, em seu entender, se assim fosse, estaria em causa a liberdade divina. Afirma que “esta ideia conduz à necessidade e ao destino universais, por supor que os motivos têm com a vontade de um agente inteligente a mesma relação que têm com a balança, de tal modo que um agente inteligente não pode escolher uma ou outra de duas coisas absolutamente indiferentes mais do que uma balança se pode mover a si própria quando os pesos em ambos os lados são iguais”.⁹ A diferença, em seu entender, é que uma balança é passiva e está sujeita à acção dos pesos, de tal modo que, quando os pesos são iguais, não há nada que a mova. Os seres inteligentes, pelo contrário, são agentes, na medida em que têm poderes activos que os tornam capazes de se moverem a si mesmos, o que torna possível a acção mesmo em face de alternativas absolutamente indiferentes. Concebendo a vontade deste modo, está garantida a liberdade divina.
- 20 Leibniz defende-se da acusação segundo a qual o seu modo de conceber a acção da vontade de Deus lhe retira a liberdade, respondendo longamente na carta número cinco. Para defender a sua própria concepção da liberdade divina, Leibniz distingue vários tipos de necessidade, explica mais detidamente a comparação entre a vontade e a balança, e afirma que Deus criou o melhor dos mundos possíveis, obedecendo a uma necessidade moral, a qual, diz ele, não anula a liberdade, pois é a mais perfeita liberdade não ser impedido de agir da melhor forma possível. Diz, ainda na mesma carta, que “essa necessidade moral é feliz, conforme à perfeição divina, conforme ao grande princípio das existências, que é o da necessidade de uma razão suficiente”.¹⁰
- 21 Não é este o momento de discutir os problemas com que se vêm confrontados Leibniz e Clarke em virtude dos respectivos modos de conceber a vontade divina.¹¹ Chamamos no entanto a atenção para uma crítica que Leibniz faz a Clarke e que parece fragilizar significativamente a argumentação de Clarke. A crítica é a seguinte. Assinala Leibniz no começo da sua quarta carta que “nas coisas absolutamente indiferentes não há escolha, e conseqüentemente não há nem eleição nem vontade, pois a escolha deve ter alguma razão ou princípio”.¹² O que Leibniz parece querer dizer é que, para se falar em escolha, é necessário haver alternativas, e estas alternativas têm de ser distintas. Caso contrário, está-se a falar de outra coisa qualquer mas não de uma “escolha”. Além disso, para que uma alternativa seja escolhida tem de ser mais apelativa do que a outra.¹³ Ora, Clarke afirma, na sua carta número três, que “em coisas por natureza absolutamente iguais e indiferentes, a vontade de Deus pode livremente *escolher* e determinar-se sem qualquer causa externa que a mova, e é uma perfeição em Deus ser capaz de agir assim (itálico nosso)”.¹⁴

- 22 Desta perspectiva, segundo Leibniz, a posição de Clarke, de acordo com a qual é possível escolher entre coisas absolutamente indiferentes – escolher colocar um sistema de matéria aqui ou ali, num espaço absoluto; neste ou naquele momento, considerando um tempo absoluto; escolher a ordem pela qual colocar três átomos iguais – apresentar-se-ia, em última instância, como uma contradição nos termos. O que significaria que nesta discussão acerca da liberdade divina, todo o modelo de Clarke estaria em causa, e em causa estaria também o PRS e toda a discussão acerca da natureza do espaço, do tempo, dos átomos e do vazio.

Conclusão

- 23 Pretendeu-se, nos parágrafos anteriores, pôr em evidência duas linhas de argumentação que se fundam em duas interpretações diversas do PRS e identificar os problemas que lhes estão associados. Viu-se que um princípio “filosófico”, o PRS – segundo o qual nada acontece sem que haja uma razão pela qual seja assim de preferência a de outro modo –, aplicado a uma questão teológica – o modo como Deus age –, tem influência na determinação da natureza de realidades físicas – o espaço, o tempo, os átomos e o vazio.
- 24 Se o PRS é universal, então a sua validade estende-se às acções divinas. Por isso tanto Leibniz como Clarke se referem ao modo de agir divino, procurando garantir, cada um a seu modo, a universalidade do PRS e os atributos divinos, como a sabedoria, a liberdade e a perfeição das operações divinas. Como se procurou mostrar, a leitura diversa que fazem do PRS explica ou reforça as divergências que os separam. No caso de Leibniz, do modo como concebe as acções divinas, deriva, por um lado, o princípio de identidade dos indiscerníveis, segundo o qual não existem na natureza duas realidades perfeitamente idênticas, e os dois princípios – o de identidade dos indiscerníveis e o PRS – os quais, em seu entender, “alteram o estado da metafísica, que se torna real e demonstrativa por seu intermédio, ao passo que antes praticamente só consistia em termos vazios”.¹⁵ E deriva, por outro lado, o princípio do melhor, segundo o qual Deus actua sempre pela melhor razão possível. Com base nestes dois princípios – derivados ou alicerçados no PRS quando este se aplica ao agir divino – Leibniz pretende levar-nos a concluir que não podem existir átomos nem vazio, e que o espaço e o tempo não podem entender-se como Newton e Clarke pretenderam. Deste modo, a discussão acerca do PRS ilustra bem de que modo a teologia e a filosofia destes dois autores contribuíram decisivamente para a resolução dos debates em torno da física em que estiveram envolvidos.

BIBLIOGRAFIA

ARIEW, R., *Leibniz and Clarke: Correspondence*, Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, 2000.

COLLINGWOOD, R. G., *The Idea of Nature*, Oxford, Oxford University Press, 1945.

NOTAS

1. “Mais pour passer de la Matematique à la Physique, il faut encor un autre Principe, comme j’ay remarqué dans ma Theodicée, c’est le Principe du besoin d’une Raison Suffisante ; c’est que rien n’arrive, sans qu’il y ait une raison pourquoy cela soit ainsi plutost qu’autrement. C’est pourquoy Archimede, en voulant passer de la Mathematique à la Physique dans son livre de l’Equilibre, a été obligé d’employer un cas particulier du grand Principe de la raison suffisante; il prend pour accordé, que s’il y a une balance ou tout soit de même de part et d’autre, et si l’on suspend aussi des poids egaux de part et d’autre aux deux extrêmités de cette balance, le tout demeurera en repos. C’est parce qu’il n’y a aucune raison pourquoy un coté descende plutost que l’autre.” (GP VII, p. 356).
2. *Ibidem*, p. 359.
3. “For instance: Why This particular System of Matter, should be created in one particular Place, [and that in another particular place]; when, (all Place being absolutely indifferent to all Matter,) it would have been exactly the same thing *vice versa*, supposing the two Systems (or the Particles) of Matter to be alike; there can be no other Reason, but the mere Will of God” (*Ibidem*, p. 360). A edição da correspondência de Ariew acrescenta o que está entre parênteses rectos. (ARIEW, R., *Leibniz and Clarke: Correspondence*, Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, 2000, p. 11).
4. “Or il suit de cela, supposé que l’espace soit quelque chose en luy même, outre l’ordre des corps entre eux, qu’il est impossible qu’il y ait une raison, pourquoy Dieu, gardant les mêmes situations des corps entre eux, ait placé les corps dans l’espace ainsi et non pas autrement, et pourquoy tout n’a pas été mis à rebours”. (*Ibidem*, p. 364).
5. Cf. *Ibidem*, p. 372.
6. Cf. *Ibidem*, p. 382.
7. “Il n’y a rien de simple selon moy, que les Veritables Monades, qui n’ont point de parties ny d’etendue. Les corps simples, et même les parfaitement similaires, sont une suit de la fausse position du vuïd et des Atomes, ou d’ailleurs de la philosophie paresseuse, qui ne pousse pas assés l’analyse des choses, et s’imagine de pouvoir parvenir aux premiers Elemens corporels de la nature, parce que cela contenteroit notre imagination.” (*Ibidem*, p. 394).
8. Cf. *Ibidem*, p. 369.
9. “This Notion leads to universal Necessity and Fate, by supposing that Motives have the same relation to the Will of an Intelligent Agent, as Weights have to a Balance; so that of two things absolutely indifferent, an Intelligent Agent can no more choose Either, than a Balance can move it self when the Weights on both sides are equal.” (*Ibidem*, p. 381).
10. “cette necessité morale est heureuse, conforme à la perfection Divine, conforme au grand principe des existences, qui est celuy du besoin d’une raison suffisant”. (*Ibidem* p. 390-91).
11. Sobre esta questão veja-se, neste mesmo volume, o artigo de Simão Lucas Pires, *Motivos que inclinam sem necessitar - Leibniz e a defesa da liberdade na correspondência com Clarke*.
12. “Dans les choses indifferentes absolument, il n’y a point de choix, et par consequent point d’election ny volonté, puisque le choix doit avoir quelque raison ou principe”. (GP VII, p. 371).
13. R. G. Collingwood serve-se deste argumento para assinalar os limites da ciência dos Jónios. Diz-nos Collingwood que os filósofos Jónicos conceberam o mundo como resultado de uma diferenciação numa matéria primitiva homogênea. Esta concepção levanta o seguinte problema: se for postulada uma matéria uniforme, e se se disser que o mundo resultou de uma diferenciação dessa matéria, está-se logicamente obrigado a apresentar uma razão pela qual a diferenciação ocorreu onde ocorreu em vez de noutra local. Em seu entender, o problema não pode ser resolvido afirmando que Deus escolheu criar o mundo num determinado local escolhido por Ele

próprio na matéria uniforme. “Unless God has a reason for His choice, it was no choice; it was something of which we have no conception whatever, and calling it a choice is merely throwing dust in our on eyes by pretending to equate it with a familiar human activity, the activity of choice, which we do not in fact conceive it to have resembled. Choice is choice between alternatives, and these alternatives must be distinguishable, or they are not alternatives; moreover, one must in some way present itself as more attractive than the other, or it cannot be chosen” (COLLINGWOOD, R. G., *The Idea of Nature*, Oxford, Oxford University Press, 1945, pp. 40-41).

14. “In things in their own nature absolutely Equal and Indifferent, the Will of God can freely choose and determine it self, without Any External Cause to impell it”. (GP VII, pp. 371-372).

15. “Ces grands principes de la raison suffisante et de l’identité des indiscernables, changent l’état de la Métaphysique, qui devient réelle et démonstrative par leur moyen: au lieu qu’autres fois elle ne consistoit presque qu’en termes vuides”. (*Ibidem*, p. 372).

RESUMOS

Na correspondência entre Leibniz e Clarke, uma das mais famosas do século XVIII, os dois filósofos discutem tópicos ligados à física, à metafísica e à teologia. A argumentação de Leibniz baseia-se em três princípios bem conhecidos da sua filosofia, o princípio do melhor, o princípio de identidade dos indiscerníveis e o princípio de razão suficiente (PRS). Este último ocupa lugar de destaque, não só porque a maior parte dos tópicos abordados surge de uma discussão acerca do significado do PRS enquanto aplicado às ações de Deus, mas também porque é dele que Leibniz deriva o princípio de identidade dos indiscerníveis, e mostra que o espaço e o tempo não podem ser absolutos. Clarke reconhece a importância do PRS, mas a sua interpretação do princípio difere da de Leibniz, e a sua concepção da realidade encontra-se fundada no que considera ser o verdadeiro sentido do PRS. Dada a importância que o PRS tem na correspondência, procuramos pôr em evidência as duas linhas de argumentação que se baseiam nele e identificar os problemas que lhe estão associados.

In the correspondence between Leibniz and Clarke, one of the most famous of the XVIIth century, the two philosophers discuss topics related to physics, metaphysics and theology. Leibniz bases his arguments in three well known principles of his philosophy, the principle of the best, the principle of identity of indiscernibles and the principle of sufficient reason (PSR). The PSR is the most important, not only because the discussion about most of the topics in the correspondence arises from the arguments about the meaning of the PSR applied to the actions of God, but also because it is from it that Leibniz derives his principle of identity of indiscernibles and shows that space and time cannot be absolute entities. Clark recognizes the importance of the PSR, but his interpretation of the principle is different, and his conception of reality is established on what he considers to be the true meaning of the PSR. Given the importance of the PSR in the correspondence, we show the two lines of arguments based on it and identify the problems associated to each one of them.

ÍNDICE

Palavras-chave: princípio de razão suficiente, espaço, tempo, átomos, espaço vazio

Keywords: principle of sufficient reason, space, time, atoms, void

AUTOR

HUGO FRAGUITO

Universidade Nova de Lisboa, FCSH

Doutorando em Filosofia (Universidade Nova de Lisboa, especialidade Ontologia e Filosofia da Natureza, tese sobre a filosofia da natureza de Robert Boyle). É licenciado em Matemática (Ensino) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (licenciatura pré-Bolonha), e em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. É Mestre em Filosofia Geral também pela Universidade Nova de Lisboa.

PhD student of Philosophy (New University of Lisbon, speciality Ontology and Philosophy of Nature, thesis about the philosophy of nature of Robert Boyle). Has Bachelor's degrees in Mathematics (University of Trás-os-Montes e Alto Douro) and in Political Science and International Relations. Has a Master's degree in Philosophy (New University of Lisbon, Portugal).